

ADVOGADOS PÚBLICOS E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES – CURSO 2

NOVO CURSO – AMPLIADO E
APROFUNDADO

AO VIVO



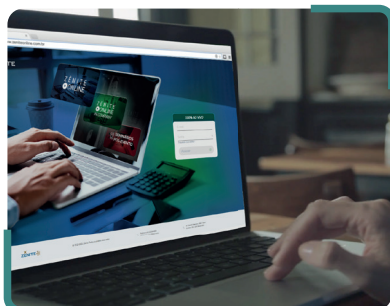
21 a 25 de
outubro

CAPACITAÇÃO ZÊNITE
NOVIDADE
O ZÊNITE

O Curso

Esta é uma capacitação tradicional no calendário Zênite e que ganhou ainda mais relevância por conta das importantes inovações da Lei nº 14.133/2021, com a ampliação da atuação e responsabilidade dos advogados públicos, da auditoria e do controle nas contratações públicas.

Por isso preparamos um curso aprofundado, com destaque para os assuntos-chaves e que precisam ser dominados pelos advogados públicos, tanto assessores jurídicos quanto auditores. Se você já participou da primeira edição deste curso, não pode perder a continuidade, com uma abordagem ainda mais verticalizada e ampliada e foco nos entendimentos do TCU.



Ainda, haverá um momento especial com a participação dos dois professores para troca de ideias, discussões e solução de questões polêmicas que serão escolhidas e propostas pelos participantes.

Prepare-se para dar conta das atribuições e controvérsias que a nova Lei de Licitações impõe aos advogados públicos e agentes públicos que atuam no controle das contratações.

Motivos para participar deste Seminário

Conhecer as novidades, as polêmicas e os pontos de atenção da nova Lei que impactam a atuação dos assessores e procuradores jurídicos, dos auditores e demais profissionais do controle.

Estudar e debater as principais novidades e alterações sobre licitações e contratos com renomados especialistas no tema.

Compreender os entendimentos do TCU que devem guiar a interpretação e a aplicação da nova Lei.

Entender o papel, as atribuições e a responsabilidade dos assessores, dos procuradores jurídicos e dos profissionais do controle no processo de contratação pública de acordo com a nova Lei de Licitações.

Estudar e trocar ideia com especialistas no tema.



Diferenciais do Zênite Online:

Plataforma própria Zênite para realização do curso

Aulas 100% ao vivo

Replays disponíveis por 7 dias

Metodologia que permite troca de conhecimento, enfoque aplicado e uso da tecnologia

Esclarecimento de dúvidas ao vivo ao final de cada aula

Professores especializados

Quem deve participar?



Assessores e
procuradores
jurídicos



Advogados
públicos



Profissionais da
auditoria



Profissionais das
áreas de controle
interno e externo



Gestores das áreas
da contratação
pública

Agenda



Realização

21 a 25
outubro



Carga Horária

20 horas



Horários

14h às 18h

As aulas terão duração
diária de 4h, sendo
aproximadamente 3h
de apresentação,
intervalos e até 1h para
responder a perguntas.



Replay

As aulas
poderão ser
assistidas por
até
**7 dias após
sua realização**

Conheça os professores



José Anacleto Abduch Santos

Procurador do Estado do Paraná. Advogado especialista em contratações públicas. Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). Exerceu cargos e funções de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Estado do Paraná; Procurador-Geral do Estado Substituto; Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública da UniBrasil; Presidente dos Conselhos de Administração e Fiscal da ParanaPrevidência; e Presidente de Comissões Especiais Permanentes de Licitação no Estado do Paraná. Membro das Comissões de Gestão Pública e Infraestrutura da OAB/PR e da Comissão Especial de Direito Administrativo da OAB Federal. Autor das obras *Contratos administrativos: formação e controle interno da execução – com particularidades dos contratos de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços terceirizados*; *Contratos de concessão de serviços públicos: equilíbrio econômico-financeiro*; e *Licitações e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte*. Coautor das obras *Comentários à Lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção*; e *Lei das Estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016*. Autor de vários artigos jurídicos.



Ricardo Alexandre Sampaio

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação das Soluções Zênite e da Equipe de Consultores Zênite. Coautor da obra *Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021* (Forense, 2022). Colaborador da obra *Lei de licitações e contratos anotada* (6. ed., Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.



REQUISITOS TÉCNICOS RECOMENDADOS: Para o bom o funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

Computador: Processador i3 3Ghz Dual Core / 4GB RAM - **Internet** de 10Mbps (de preferência por cabo) - **Browser:** Google Chrome, preferencialmente - **Banda ideal:** Inbound participante: 3 Mbps

IMPORTANTE: Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

Programa completo



Aulas 1 e 2

Dias 21 e 22 de outubro, das 14h às 18h

Professor: José Anacleto Abduch Santos

GOVERNANÇA, LINHAS DE DEFESA E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA

- 01** A Lei nº 14.133/2024 tem importante disciplina sobre o controle das contratações. Quais as principais diretrizes? De acordo com nova Lei, quais as linhas de defesa que atuam no controle das contratações e como são integradas?
- 02** Qual o papel da assessoria jurídica e da auditoria no que se refere à governança das contratações?
- 03** Qual o papel do controle interno no plano da nova Lei de Licitações? A atuação do controle interno é obrigatória?
- 04** O advogado público pode ser responsabilizado pelo conteúdo de seu parecer? Em que circunstâncias? Pode responder administrativa, civil e penalmente? O que disciplinam o CPC e a LINDB sobre esse tema? O advogado público será responsabilizado apenas diante de dolo ou também de erro grosseiro? Quais os entendimentos do TCU e do STF?
- 05** De acordo com a nova Lei, em que casos e condições a defesa dos agentes públicos nas esferas administrativa, controladora e judicial pode ser realizada pela Advocacia Pública? Quais são os precedentes do TCU sobre esse tema?
- 06** Quais as recomendações principais para a atuação da advocacia pública no controle judicial de licitações e contratações públicas?
- 07** Quais os cuidados para definir documentos padronizados e pré-aprovados? Quais as cautelas para a avaliação de adoção da minuta pré-aprovada no caso concreto? Esse tema pode ser devidamente regulado?

TEMAS EM DESTAQUES E PRECEDENTES DO TCU QUE DEVEM ORIENTAR A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DA NOVA LEI

- 08** Quais os pontos de atenção e críticos que precisam ser dominados pelos assessores jurídicos, inclusive a partir de precedentes do TCU que irão orientar a interpretação e a aplicação da nova Lei, sobre os seguintes temas:
 - I. Fase preparatória e documentos de planejamento, pesquisa de preços e gestão de riscos – O que deve ser objeto de maior cuidado na análise de legalidade?

Programa completo

- II. Controle da qualidade do objeto da contratação: amostra, certificação, prova de conceito, vedação/exigência de marca – Quando exigir e quais os requisitos legais?
- III. Parcelamento e reunião do objeto – Quando dividir e quando reunir? – O que deve guiar essa definição?
- IV. Subcontratação
- V. Consórcio
- VI. Sistema de Registro de Preços (SRP)
- VII. Contratação de remanescente de compra, obra e serviço – Novidades da Lei nº 14.133/2021 – Como ficam os contratos formalizados com base no regime anterior?



Aulas 3 e 4

Dias 23 e 24 de outubro, das 14h às 18h

Professor: Ricardo Alexandre Sampaio

TEMAS EM DESTAQUES E PRECEDENTES DO TCU QUE DEVEM ORIENTAR A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DA NOVA LEI (continuação)

08 Quais os pontos de atenção e críticos que precisam ser dominados pelos assessores jurídicos, inclusive a partir de precedentes do TCU que irão orientar a interpretação e a aplicação da nova Lei, sobre os seguintes temas:

- VIII. Definição da modalidade, critério de julgamento e modo de disputa – O que deve ser validado pelo jurídico?
- IX. Habilitação – O que pode ser exigido e dispensado
- X. Correções e saneamentos de falhas na habilitação e na proposta/planilha de custos – Limites do saneamento
- XI. Terceirização com mão de obra exclusiva
- XII. Obras e serviços de engenharia
- XIII. Inexigibilidade de licitação – Contratação de serviços técnicos por notória especialização
- XIV. Inexigibilidade de licitação e os sistemas legados
- XV. Credenciamento
- XVI. Dispensa pelo valor e fracionamento indevido
- XVII. Dispensa por emergência
- XVIII. Instrução dos procedimentos de dispensa e de inexigibilidade
- XIX. Garantia contratual

Programa completo

- XX. Contratos por escopo e por prazo – Diferenças e implicações práticas
- XXI. Definição dos prazos contratuais – O que deve guiar essa decisão
- XXII. Prorrogação da vigência nos serviços e fornecimentos contínuos
- XXIII. Prorrogação nos contratos por escopo
- XXIV. Alterações quantitativa e qualitativa do contrato
- XXV. Revisão, reajuste e repactuação do contrato e a preclusão do direito
- XXVI. Extinção dos contratos e os direitos do contratado
- XXVII. Aplicação de penalidades e o processo administrativo
- XXVIII. Decretação de nulidade, evolução de entendimentos e ponderação dos prejuízos



Aula 5

Dia 25 de outubro, das 14h às 18h

Professores: José Anacleto Abduch Santos e
Ricardo Alexandre Sampaio

ANÁLISE DE PONTOS MAIS RELEVANTES

- ▷ Resumo com pontos mais importantes, melhores práticas e dicas aplicadas.

DEBATE EM FOCO: TROCAS DE IDEIAS E SOLUÇÃO DE QUESTÕES POLÊMICAS E SITUAÇÕES CONCRETAS

- ▷ Resposta às questões que serão escolhidas pelos participantes em votação eletrônica e às perguntas enviadas pelos participantes via *chat* e selecionadas pela Equipe Zênite.



Aula gravada

Professor: Ricardo Alexandre Sampaio

CONTEÚDO, FORMA E DISPENSA DO PARECER JURÍDICO

Para fins de certificação, não será considerada a carga-horária da aula gravada.

INVESTIMENTO

R\$ 3.270,00 / PARTICIPANTE*

- ★ **Lei Digital – Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública**
- ★ **Apostila digital específica do curso**
- ★ **Certificado**

* O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay, para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorridos os 7 dias do replay, serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do aluno, os quais são individuais e intransferíveis.

* Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.

* É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.

* A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou, ainda, de reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.**, CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas ao lado.

OBSERVAÇÃO: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix



Banco do Brasil | Ag.: 3041-4 | Cc: 84229-X



Banco Bradesco | Ag.: 5723 | Cc: 0766622-5



Caixa Econômica | Ag.: 1525-3 | Cc: 1566-2



Banco Itaú | Ag.: 3833 | Cc: 63040-7



Banco Santander | Ag.: 3837 | Cc: 130017258